



O HOSPITAL REAL
DE TODOS-OS-SANTOS:
LISBOA E A SAÚDE

 LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

omnium
sanctorum

ficha técnica

omnium sanctorum

**Projeto Hospital Real de Todos-os-Santos:
Lisboa e a saúde**

Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura

João Diogo Santos Moura

Direção Municipal de Cultura

Manuel Veiga

Departamento de Património Cultural

Jorge Ramos de Carvalho

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Francisco Caramelo

CHAM – Centro de Humanidades

João Paulo Oliveira e Costa | Cristina Brito

Coordenação geral

Jorge Ramos de Carvalho

Gestão do Projeto

Ana Isabel Ribeiro

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

Coordenação científica

André Teixeira

Edite Martins Alberto

Rodrigo Banha da Silva

Parceiros

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Assembleia da República

Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central

Metropolitano de Lisboa

Museu da Farmácia

Museu da Saúde

Museu de Marinha

Museu Nacional de História Natural e da Ciência

Patriarcado de Lisboa

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Agradecimentos

Adelaide Brochado, CML/DMC/DPC/AML

André Bargão, bolseiro Projeto HRTS

Camila Amaral, bolseira Projeto HRTS

Filipa Pimenta, CML/DMC/DPC/CAL

Lina Maria M. Oliveira, bolseira Projeto Hospitalis

Maria Teresa Avelino Pires, NOVA FCSH/CHAM

Moisés Campos, CML/DMC/DPC/CAL

Rita Mégre, CML/DMC/DPC

Rui Henriques, bolseiro Projeto HRTS

Sandra Cunha Pires, CML/DMC/DPC/AML

Sara Ferreira, bolseira Projeto HRTS

Arquivo Municipal de Lisboa

Centro de Arqueologia de Lisboa

Museu de Lisboa - EGEAC E.E.M.

Projeto “HOSPITALIS - Arquitetura hospitalar em Portugal nos alvares da Modernidade: identificação, caracterização e contextualização” (PTDC/ART-HIS/30808/2017)

VICARTE- NOVA FCT

Livro

Título

O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde

Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura
Direção Municipal de Cultura
Departamento de Património Cultural

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Direção de Cultura
Arquivo Histórico

Coordenação institucional

Jorge Ramos de Carvalho

Coordenação científica

Edite Martins Alberto
Rodrigo Banha da Silva
André Teixeira

Coordenação editorial

Edite Martins Alberto

Apoio editorial

Ana Isabel Ribeiro

Autores

Adélia Caldas
Adelino Cardoso
Alexandre Pais
Ana Cristina Leite
Ana Maria Costa
Ana Patrícia Alho
André Bargão
André Teixeira
António Costa Canas
António Pacheco
Bruno Barreiros
Carla Alferes Pinto
Carlos Boavida
Cristina Moisés
David Felismino
Edite Martins Alberto
Fátima Palmeiro
Filipe Santos Oliveira
Florabela Veiga Frade
Francisca Alves Cardoso
Francisco d'Orey Manoel
Helder Carita
Helena Rebelo-de-Andrade
Helena Taborda
Hélia Silva
Inês Coutinho
Inês Oliveira
Inês Ornellas e Castro
Isabel dos Guimarães Sá
Isabel Monteiro
Joana Balsa de Pinho
João de Figueirôa-Rêgo
Joaquim Barradas
Jorge Fonseca
José Subtil
Júlio Martín Fonseca

Laurinda Abreu
Lina Maria M. Oliveira
Luís Costa e Sousa
Luís Lisboa Santos
Luís Ribeiro Gonçalves
Luiz Damas Mora
Lurdes Esteves
Maria Antónia Lopes
Maria da Conceição Freitas
Maria João Ferreira
Maria João Pereira Coutinho
Maria Marta Lobo de Araújo
Maria Teresa Avelino Pires
Mário Farelo
Milene Alves
Mónica Duarte Almeida
Nelson Moreira Antão
Nuno Falcão
Paula Basso
Paula Serafim
Paulo Catarino Lopes
Paulo Pereira
Rita Luís Sampaio da Nóvoa
Rita Mégre
Rodrigo Banha da Silva
Rute Ramos
Sara da Cruz Ferreira
Sílvia Casimiro
Silvina Pereira
Tiago Borges Lourenço
Vitor Serrão

Design gráfico

Formiga Luminosa, Construtora de imagem

Créditos fotográficos e digitalização

José Vicente, CML/DMC/DPC
e Arquivo Municipal de Lisboa
Biblioteca da Ajuda
Biblioteca Nacional de Portugal
British Library
Câmara Municipal de Lisboa - Lisboa Interativa
Direção de Infraestruturas, Gabinete de Estudos
Arqueológicos da Engenharia Militar
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
- Arquivo Nacional Torre do Tombo
Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte
Leiden University Libraries
Museu Condes de Castro Guimarães
Museu de Lisboa
Museu Nacional do Azulejo
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Impressão e acabamento

Rainho & Neves; Lda.

Tiragem 1000 exemplares

ISBN 978-972-8543-57-0

Depósito legal 488809/21

Lisboa, 2020

© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos.

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico, sem o prévio conhecimento e autorização da Câmara Municipal de Lisboa e dos respetivos autores.

Índice

APRESENTAÇÃO

- 15 **Câmara Municipal de Lisboa** | Vereador da Cultura João Diogo Santos Moura
- 17 **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** | Provedor Edmundo Martinho
- 19 **NOVA FCSH** | Diretor Francisco Caramelo

INTRODUÇÃO

- 23 | André Teixeira / Edite Martins Alberto / Rodrigo Banha da Silva

UMA ARQUEOLOGIA DO LUGAR

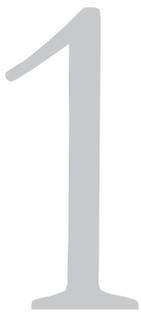
- 39 **O lugar antes da ocupação humana**
| Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas
- 45 **De “casal” na transição do II-I milénio a.C. a arrabalde muçulmano da cidade de Lisboa**
| Rodrigo Banha da Silva / André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 55 **As *hortas* do Convento de São Domingos**
| Rodrigo Banha da Silva / Filipe Santos Oliveira
- 61 **A Lisboa Manuelina**
| Helder Carita

O MAIOR EDIFÍCIO DE LISBOA MODERNA

- 73 **A arquitetura do edifício: antecedentes, comparações e paralelos**
| Paulo Pereira
- 123 **A representação iconográfica do Hospital Real**
| Ana Cristina Leite
- 143 **Fernão Gomes e o projeto para a pintura do tecto da nave da igreja do Hospital Real**
| Vítor Serrão
- 151 **Dos incêndios de 1601 e 1750: descrição, danos, salvados, meios e intervenientes, medidas complementares**
| Mónica Duarte de Almeida
- 161 **O abastecimento de água ao Hospital Real e saneamento na cidade de Lisboa**
| Ana Patrícia Alho
- 167 **O Terramoto de 1755 e as intervenções de recuperação**
| Adélia Caldas
- 173 **Do Rossio para o Colégio de Santo Antão-o-Novo**
| Maria João Pereira Coutinho
- 181 **Os *berdeiros* do Hospital Real: espaços da história da saúde em Lisboa após 1775**
| Carlos Boavida / Fátima Palmeiro / Luiz Damas Mora

DE HOSPITAL A PRAÇA PÚBLICA

- 187 **As duas últimas décadas do Hospital no Rossio (1750-1775). Acomodar, proteger e assistir os enfermos das injúrias do tempo**
| David Felismino / Inês Oliveira / Helena Rebelo-de-Andrade
- 199 **A génese de um novo espaço urbano: a Praça da Figueira**
| Hélia Silva / Tiago Borges Lourenço
- 209 **O Metropolitano de Lisboa e a redescoberta do Hospital Real**
| Helena Taborda



REFORMA E REORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

- 221 Antecedentes e componentes da reforma da assistência em Portugal nos alvares da modernidade**
| Joana Balsa de Pinho
- 239 Portugal e a Europa: as dimensões da reforma da assistência (séculos XIV-XVI)**
| Joana Balsa de Pinho
- 255 Pobreza e a assistência em Portugal na Época Moderna**
| Maria Antónia Lopes
- 261 A rede assistencial em Lisboa antes do Hospital Real de Todos-os-Santos**
| Mário Farelo
- 281 Um novo modelo de organização hospitalar na modernidade de Quinhentos**
| José Subtil
- 291 Hospitais centrais quinhentista em Portugal**
| Lina Maria M. Oliveira
- 295 O Hospital Real e a Misericórdia de Lisboa no tempo do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo**
| Laurinda Abreu

DA COROA À ADMINISTRAÇÃO DA MISERICÓRDIA

- 305 A Ordem de São João Evangelista (Lóios) no Hospital**
| Nuno Falcão
- 311 Da gestão dos religiosos de São João Evangelista à administração da Misericórdia**
| Maria Marta Lobo de Araújo
- 317 As *gentes* e o quotidiano num período de mudança: a administração da Misericórdia**
| Rute Ramos
- 325 *Entre quatro paredes e não só*: as outras instituições no espaço do Hospital**
| Rute Ramos
- 333 Ordens religiosas na assistência hospitalar (Arrábidos, Obregões e Camilos)**
| Rita Mégre / Tiago Borges Lourenço

PATRIMÓNIO E RECURSOS

- 343 A política económica do Hospital: receitas e despesas**
| Rute Ramos
- 351 Prédios foreiros ao Hospital Real**
| Carlos Boavida
- 357 O teatro e o financiamento do Hospital Real**
| Silvina Pereira / Júlio Martín Fonseca

TRATAR A ALMA E O CORPO

- 367 O Hospital Real na medicina dos séculos XVI a XVIII**
| Adelino Cardoso
- 377 O estatuto do doente no Hospital Real e o Regimento de 1504**
| Luís Lisboa Santos / José Subtil
- 385 Placas de identificação dos leitos nas enfermarias**
| Alexandre Pais / Lurdes Esteves
- 389 A criação dos expostos no Hospital Real**
| Milene Alves
- 395 A Confraria da Misericórdia de Lisboa e os sinais das crianças expostas da cidade**
| Francisco d' Orey Manoel / Nelson Moreira Antão

AS GENTES DO CUIDAR E DA CURA

- 403 Cargos, profissões e serviço**
| António Pacheco
- 411 *Por achar que era gente muito limpa a elegeo por ama: ofícios e limpeza de sangue***
| João de Figueiróa-Rêgo
- 415 A cirurgia portuguesa na génese da atividade cirúrgica do Hospital Real**
| Cristina Moisão
- 419 Cirurgiões, barbeiros e sangradores (séculos XVI-XVIII)**
| Florbela Veiga Frade / Joaquim Barradas / Adelino Cardoso
- 429 Os oficiais de cura letrados e praticantes**
| Luís Ribeiro Gonçalves
- 437 Enfermagem, enfermeiras e enfermeiros**
| António Pacheco

AS PRÁTICAS MÉDICO-CIRÚRGICAS

- 447 A prática médica e a alimentação nos textos portugueses da época moderna**
| Inês Ornellas e Castro
- 455 Hortas e hortos: alimentação e botica nos séculos XVI e XVII**
| Bruno Barreiros / Adelino Cardoso
- 463 O regime alimentar no Hospital Real no século XVIII**
| Bruno Barreiros
- 471 Manoel Constâncio e a reestruturação da anatomia e da cirurgia em Portugal**
| Luiz Damas Mora
- 477 A botica do Hospital Real**
| Paula Basso
- 487 Um inventário do século XVIII da botica do Hospital Real**
| Ana Cristina Leite
- 509 A morte no Hospital Real: testemunhos do século XVIII**
| Sílvia Casimiro / Francisca Alves Cardoso

HABITAR O HOSPITAL

- 519 Espaços e distinções sociais (1502-1620)**
| Isabel dos Guimarães Sá
- 529 Vestuário, género e doença no Regimento de 1504**
| Carla Alferes Pinto
- 537 Música no Hospital Real de Lisboa (séculos XVI-XVII): manifestação áulica, terapia ou devoção?**
| Isabel Monteiro
- 541 As merceiras do Hospital Real (séculos XV-XVIII)**
| Maria Teresa Avelino Pires
- 545 Cuidar dos feridos de guerra em Portugal no início da época moderna**
| Luís Costa e Sousa
- 551 Os estrangeiros: doentes e oficiais de saúde**
| Paulo Catarino Lopes
- 561 Os escravos no Hospital Real**
| Jorge Fonseca

EXISTÊNCIAS E PROVIMENTOS

- 569 Entre trastes velhos e produtos não-europeus: a cultura material do Hospital Real no século XVI**
| Isabel dos Guimarães Sá
- 577 Os têxteis da igreja do Hospital Real no século XVI: tipologias e dinâmicas de funcionamento**
| Maria João Ferreira
- 583 A louça de mesa no Hospital Real**
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 591 A cerâmica utilitária no Hospital Real**
| André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 601 Outros objetos dos quotidianos do Hospital Real**
| Carlos Boavida / Inês Coutinho

- 611 A cidade de Lisboa e a luta contra as epidemias**
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 623 Os regimentos das práticas e dos oficiais da Casa da Saúde (séculos XVI-XVIII)**
| Edite Martins Alberto / Paula Serafim
- 635 Combate às doenças que chegavam por mar (e pelo rio!): os regimentos de 1693**
| António Costa Canas
- 643 A Casa de São Lázaro e a assistência aos leprosos**
| Rita Luís Sampaio da Nóvoa



ESPAÇOS E DISTINÇÕES SOCIAIS (1502-1620)

Isabel dos Guimarães Sá
Departamento de História e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS),
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

“...não se recebe nenhum enfermo sem que se confesse e comungue primeiro, para que sane a alma antes que sane o corpo...”

Francisco de Monzón (1544, f. 189v.)

O propósito deste trabalho consiste em compreender de que forma as distinções de estatuto social, género e religião se refletiam nos espaços do Hospital Real de Todos-os-Santos. O período analisado situa-se entre a sua entrada em funcionamento, cerca de 1502, até à sua descrição detalhada, publicada em 1620 pelo frade trinitário Frei Nicolau de Oliveira¹. Os textos em que nos basearemos, ora laudatórios, ora normativos - micro utopias involuntárias -, podem não testemunhar realidades, mas dão corpo a intenções, e nessa estrita medida são considerados fiáveis do ponto de vista historiográfico².

Espaços

Tal como no resto do mundo ocidental, a emergência do hospital moderno em Portugal ficou marcada pela segregação de espaços entre doentes e peregrinos, antes admitidos indiscriminadamente nas albergarias e hospitais medievais, a par da medicalização da assistência prestada aos enfermos (Park *et* Henderson, 1991; Park, 1994; Sá, 1996, p. 95). As enfermarias constituem assim as verdadeiras inovações do hospital moderno. O Hospital de Todos-os-Santos não constituiu exceção, dispondo desde o início de espaços separados dedicados a pedintes e peregrinos. Referindo-se-lhes, Francisco de Monzón, capelão de D. João III³, sublinhava que eram pessoas saudáveis, sem necessidade de cura (1544, f. 190), o que contradiz a relevância que a historiografia tem dado às leis que expulsavam mendigos (Abreu, 2014, pp. 26-29). Ao contrário das enfermarias, voltadas para o interior, estas “casas” - são referidas pelo mesmo autor como tendo vários compartimentos - relacionavam-se

¹ Ana Cristina Leite sugere que o incêndio de 1601 apenas afetou a igreja (Leite, 1993, p. 6).

² As fontes visuais e o espólio arqueológico das escavações efetuadas, por já terem sido estudados ou estarem em fase de tratamento, não serão aqui abordados (Cf. Leite, 1993 e 2012; Moreira, 1993; Pereira, 1993; Moita, 1993).

³ Sobre este personagem, capelão e pregador de D. João III, cf. Fernandes, 1991, pp. 39-41 e Buescu, 1996, pp. 56, 102-103.

com o exterior do hospital. Situavam-se à face da rua, no piso térreo, abrindo para a movimentada praça defronte da fachada principal do edifício, onde se realizava uma feira às terças.

As enfermarias. A planta inicial do hospital previa três enfermarias no corpo principal do edifício, que tinha a forma de cruz grega, cada uma ocupando um dos seus três braços (uma para homens feridos, outra para febres de homens e outra para febres de mulheres). Estranha-se a ausência de uma enfermaria para mulheres feridas, provavelmente porque seriam em pequeno número. No quarto braço, a igreja, de que adiante falaremos.

Uma quarta enfermaria, fora deste corpo central, destinava-se aos sífilíticos, que o hospital trataria desde o início até ao final da sua existência. Receberam na documentação diferentes nomes, provavelmente nem sempre designando a sífilis, mas outras doenças venéreas (doentes dos males, de boubas, de mulas, do gálico). Situava-se por cima das “casas” dos pedintes e peregrinos, no primeiro andar. O hospital admitia enjeitados desde a sua fundação, em resultado de figurarem hospitalares “de meninos” entre as unidades medievais incorporadas: haveria também espaços para eles, sobretudo porque lhes eram consignadas duas amas residentes já em 1504. Resta confirmar, no entanto, se houve uma roda de expostos em todo o período que aqui nos ocupa. Os doentes incuráveis não eram admitidos, pelo menos em teoria (In Salgado *et* Salgado, 1996, pp. 467-468).

Na década de 1540, quando Francisco de Monzón descreveu o hospital, existiam já as “casas” para doidos, pelo que se supõe que constituíam um espaço com vários compartimentos. O mesmo autor também dá conta da disponibilidade de aposentos para doentes de maior condição curados segundo “as suas qualidades”, o que remete para as fronteiras sociais no interior do edifício (1544, f. 190). Ainda que Monzón não a tenha mencionado, a administração do hospital pelos padres Loios (1530-1564) foi marcada pela criação de outra enfermaria. Acolhia os doentes provenientes da mais pobre de entre as famílias franciscanas, os frades dos conventos capuchos, mas apenas os dos conventos do termo de Lisboa. Não era só a pobreza a ditar-lhes o

privilégio, mas também a preferência que a corte régia votava às espiritualidades franciscanas desde tempos medievais. Os capuchos dispunham assim de um espaço próprio, dotado de cinco camas, situado na horta do hospital, como convinha ao pendor eremítico dos frades.

O número de enfermarias não cessaria de crescer, ainda que as suas designações sejam por demais confusas, bem como as suas funcionalidades. Frei Nicolau de Oliveira documenta dezasseis espaços de cura; nem todos podem ser considerados enfermarias, dado que alguns estavam situados em corredores, o que sugere que o espaço se tinha densificado. No entanto, novas valências parecem ter surgido, entre as quais o tratamento em espaço próprio dos “camarentos” (doenças gastrointestinais): uma enfermaria para os homens e para as mulheres um corredor. Ainda, uma enfermaria para convalescentes, situada num andar alto, arejada e com boa exposição solar (Oliveira, 1620, fs. 119v.-120). Estes três espaços são difíceis de localizar, devido à inexistência de uma planta detalhada do edifício.

Os espaços de apoio. Para além das enfermarias, havia os espaços de apoio aos doentes: à cozinha do hospital juntou-se uma outra para os doentes dos males. A roupa destes, de resto, não se misturaria com a dos restantes enfermos, havendo lugar a lavadeira e tanque próprio. O caráter contagioso da doença determinaria a sua separação estrita dos restantes doentes. Junto da igreja ficava a *casa das águas*, onde se recebiam os doentes a admitir, assim chamada dado que o diagnóstico passava pelos exames visuais da urina⁴. O hospital não podia passar sem a sua *dispensa* própria, onde se guardavam os víveres necessários à alimentação de doentes e pessoal. Havia também uma *casa da fazenda*, onde se geria o abastecimento dos doentes em roupas e víveres, bem como a receção das rendas. A comida dos doentes era levada às enfermarias, mas o pessoal hospitalar dispunha também de um *refeitório*. Mais tarde o hospital teria também a sua *rouparia*.

Os espaços abertos: a horta e os claustros. A área do hospital não era toda construída: segundo Monzón a sua horta alimentava-o de hortaliças e ervas medicinais; no

inventário de 1564 surge referência à mula adstrita ao seu cultivo, bem como a instrumentos agrícolas (Pinto, 2011). Como mencionado, também aí havia tanques onde se lavava a roupa do hospital. Ainda, não menos importante, uma capela/oratório destacada do edifício principal (Monzón, 1544, f. 189v). Frei Nicolau dá conta de duas novas estruturas habitacionais na horta - para além da enfermaria dos capuchos -, onde viviam os padres da agonia, dois religiosos dedicados a acompanhar os doentes nos últimos momentos (Oliveira, 1620, f. 126). Nos quatro braços da cruz situavam-se os claustros, lajeados em pedra ao tempo de Frei Nicolau e com o seu poço no meio. Abria-se exceção para o claustro onde ficava a cozinha (infelizmente não diz qual deles), que tinha um poço ao lado, *para sua limpeza* (Oliveira, 1620, f. 222).

A igreja. O corpo principal do hospital estava projetado de forma a que os doentes das três enfermarias principais tivessem contacto visual com a capela mor da sua igreja a partir das camas⁵. No entanto, esta última extravasava em muito o serviço religioso aos doentes, uma vez que constituiu um dos epicentros da cidade de Lisboa. Nela se rezavam os ofícios canónicos; os capelães e os seus moços cantavam no coro, e contratava-se um tangedor

de órgão. As missas por alma, rezadas e cantadas, eram em grande número, uma vez que englobavam os sufrágios de obrigação dos hospitais incorporados, os do próprio hospital, e os dos reis instituidores (Ramos, 2019, pp. 86-88). A presença de um púlpito garantia que os melhores pregadores aí proferissem os seus sermões; entre outros, para um período mais tardio, refira-se “O Sermão das Obras de Misericórdia” do padre António Vieira (1754, p. 1-10). A atestar também a importância desta igreja refira-se o facto de as cerimónias de aclamação em 1578 do cardeal rei D. Henrique aí terem decorrido (Leite, 1993, p. 6).

Um edifício residencial. O hospital era morada permanente de muito variados tipos de gente. Tal como muitos edifícios da época – conventos, recolhimentos, palácios da realeza ou nobreza, colégios, universidades, e até catedrais – nele viviam em permanência ou temporariamente muitas pessoas sem ligações de parentesco entre si. Ao contrário da maior parte dos edifícios públicos atuais, em que o pessoal de serviço ruma a casa depois de um dia de trabalho, a generalidade das pessoas que trabalhavam no hospital aí permaneciam noite e dia, embora o fizessem “segundo a qualidade das suas pessoas”, para usarmos a linguagem da época.

Quadro 1: Residentes e comensais no interior do hospital

ano	residentes	não residentes	s/ inf.	comensais	não comensais	s/ inf.	total
1504	49	2	6	43	6	6	55
1620	67	12	26	-	-	-	105

Fontes: Salgado *et* Salgado, 1996, pp. 450-494; Oliveira, 1620, fs. 123v-128v.

Uma estrutura judicial. Como se sabe, a criação do Hospital de Todos os Santos derivou da junção de dezenas de instituições de assistência da cidade numa só unidade. Foi acompanhada pela reforma das capelas, hospitais, albergarias e confrarias, iniciada em 1498 (Rosa, 1998, p. 205). Reorganizar as capelas constituía uma tarefa burocrática, dado que era preciso reunir documentos comprovativos, emitir certidões, e resolver litígios em torno da administração das propriedades. A provedoria das capelas funcionou no espaço físico do hospital, pelo que este constituiu também o *locus* de uma

estrutura judicial complexa, provida de magistrados próprios, acoplada ao juízo das capelas. A incorporação dos hospitais medievais exigia que as obrigações religiosas de cada um deles se cumprissem no novo hospital, enquanto que o juízo das capelas estendia a sua ação a todas as capelas da região de Lisboa. Nos primeiros anos, o seu principal oficial tinha o título de *provedor das capelas e do hospital*, mas pouco depois o lugar foi dividido em dois, e os assuntos do hospital separados dos das capelas. As competências dos dois provedores sobrepunham-se, uma vez que os rendimentos do

⁵ Frei Nicolau de Oliveira observa que em 1620 essas janelas se encontravam tapadas (1620, f. 19v).

hospital eram muitas vezes provenientes de bens encapelados, gerando conflitos. Para lhes tentar pôr cobro, o rei determinou em 1507 que o provedor das capelas não interferisse de *portas adentro*, território do provedor do hospital, ainda que a separação entre os dois cargos tenha registado oscilações (Salgado *et* Salgado, 1996, pp. 516-517). O regimento de 1504, por ser exclusivo do hospital, não refere os oficiais deste juízo, mas Cristóvão Rodrigues de Oliveira menciona treze em 1551 (Oliveira, 1987, pp. 60-61).

As distinções: estatuto social, género e religião

A fronteira entre a administração das capelas e o hospital não seria a única. Outras distinções se formariam, presentes desde o início, mas transformando-se ao longo do tempo. Aplicavam-se tanto aos doentes como ao pessoal envolvido na gestão do hospital, e as linhas de separação estruturavam-se em torno do estatuto social e jurídico, género, ocupação e salário.

Hierarquias sociais e jurídicas. Como vimos, os doentes de maior condição podiam tratar-se no hospital em aposentos privados, mas esta não era a única linha demarcatória entre a multidão de pessoas que o frequentavam ou nele residiam. As crianças enjeitadas, tal como os escravos do hospital, deviam ter vestuário próprio de cor azul, marcado com um “S”, emblema que o hospital conservaria até ao fim da sua existência. A razão que presidia a terem os mesmos sinais de identificação tinha a ver com o estatuto jurídico, dado que ambos estavam debaixo do poder paternal do hospital, que adotava a lógica vigente, reproduzindo o modelo patriarcal de família. Os escravos faziam os trabalhos mais sujos: limpavam os camareiros (bacios) dos enfermeiros, os urinóis dos doentes e procediam à limpeza das *necessárias* (retretes) uma vez por semana. Mas não eram

dignos de varrer a igreja (embora o fizessem nas enfermarias), tarefa que competia aos moços da capela (Salgado *et* Salgado, 1996, p. 460 e 484).

No refeitório, havia também uma mesa principal para o pessoal superior (vedor, capelães e enfermeiros maiores), outras mesas para os restantes (enfermeiros pequenos e restante pessoal de serviço). Alguns destes últimos serviriam às mesas, por turnos, comendo depois de os outros terem acabado (Salgado *et* Salgado, 1996, p. 476).

Clivagens de género. Desde o início do hospital que existiam duas enfermarias para homens (uma de febres e outra de feridos), e uma para mulheres. Essa divisão por sexos manteve-se quando o número de enfermarias se multiplicou. Também entre o pessoal de serviço se faziam sentir as fronteiras de género: o hospital espelhava no seu interior a divisão de ocupações do resto da sociedade. As mulheres desempenhavam tarefas consideradas impróprias para os homens: eram lavadeiras, amassadeiras, forneiras, cristaleiras e enfermeiras das mulheres. O hospital, devido ao número crescente de doentes, foi aumentando o número de mulheres ao seu serviço, mas estas foram sempre em número muito inferior ao dos homens, sobretudo a partir de 1564 quando os irmãos da Misericórdia passaram a administrar o hospital, embora a sua intervenção não fosse remunerada. Contudo, entre os trabalhadores assalariados o rácio homens/mulheres diminuiu (quadro 2), em grande parte graças à mesma divisão de trabalho, dado que o hospital precisava de mais mulheres para desempenharem essas ocupações tipicamente femininas. O regimento de 1504 recomendava ao provedor que promovesse a paz no interior do hospital, afastando os mexericos e desordens, e que não houvesse mulheres “bradadeiras” e “bravas” entre o seu pessoal, sem que eventuais temperamentos masculinos similares dos homens fossem referidos (Salgado *et* Salgado, 1996, p. 471).

Quadro 2: Trabalhadores assalariados por sexo⁶

ano	homens	mulheres	s/ inf.	total	rácio h/m
1504	46	9	-	55	5,1
1620	60	16	-	76	3,7
1552	61	23	-	84	2,7
1620	47	35	23	105	1,3

Fontes: Salgado *et* Salgado, 1996, pp. 450-494; Oliveira, 1620, fs. 123v.-128v.

No regimento de 1504, as nove mulheres que deveriam compor o pessoal feminino (incluindo duas escravas) também seriam alimentadas pelo hospital, mas não comiam no já referido refeitório ao mesmo tempo que os homens, pelo perigo em que a sua honra incorria (Salgado *et* Salgado, 1996, p. 456). Só o pessoal superior (com uma renda anual igual ou maior de doze mil reais) compraria a sua comida, e servidores masculinos como o barbeiro e o sangrador também comiam fora, talvez porque, lidando com sangue, fossem considerados impuros (Le Goff, 1986, pp. 57-58).

Um espaço de purificação. Como se disse, existiam instalações para peregrinos e pedintes no piso térreo, e uma enfermaria para sífilíticos por cima. Nenhum destes espaços dispunha de acesso visual direto para a eucaristia, ao contrário das outras três enfermarias para doentes, o que significava que missas em separado tinham de ser celebradas nesses espaços através do uso de altares, por vezes portáteis. O regimento de 1504 tornava claro que as missas para os pedintes eram celebradas apenas aos domingos e dias santos, por outros padres que não os capelães do hospital, ao contrário das missas diárias das enfermarias (Salgado *et* Salgado, 1996, p. 457).

A confissão e comunhão obrigatória para todos os que se quisessem tratar no hospital formava uma barreira intransponível a todos aqueles que não estivessem na disposição de se arrepender e comungar ou pelo menos de o fingir⁷. Hereges, mouros e judeus eram assim excluídos dessa comunidade que tinha o privilégio espiritual de sofrer dores equiparáveis às de Cristo e de Maria. O batismo era usado como barreira face aos cristãos novos, uma vez que era vedado a estes últimos recuperar crianças que tivessem abandonado, ao contrário dos cristãos velhos, a quem bastava comprovar que o enjeitado lhes pertencia. Mais uma regra a confirmar o caráter religioso do hospital, estruturado como um lugar de entrada irreversível na cristandade, uma vez que os enjeitados eram batizados à entrada no hospital quando não havia a certeza de já terem recebido esse sacramento (Salgado *et* Salgado, 1996, p. 469)⁸.

A influência da religião estendia-se às refeições comuns do pessoal hospitalar, que deviam decorrer de modo similar às dos conventos: recomendava-se a leitura em voz alta de vidas de santos e os capelães benziam a comida. A organização do hospital imitava assim uma comunidade religiosa masculina, confirmada ainda pelo facto de os homens casados não deverem comer no refeitório (Salgado *et* Salgado, 1996, pp. 471, 476, 456).

Desde o início que o grande hospital de Lisboa foi concebido como repositório dos bens dos infiéis, incorporando no seu património por ordem régia terras e edifícios dos cristãos novos que fugiram do Reino⁹. Também os bens dos *tangomaos* foram alocados ao Hospital de Todos-os-Santos. Esta era a designação dada aos cristãos que tinham abandonado a cristandade para viver entre os *gentios* em África, muitas vezes adotando credos híbridos (Hespanha, 2019, p. 51). Repetidas leis entre 1510 e 1539 estipulavam que a sua propriedade fosse confiscada em benefício do hospital (Salgado *et* Salgado, 1996, pp. 420, 424-425, 514-515).

Entre os registos que sobreviveram encontram-se confirmações de contratos de emprazamento ou aforamento relativos a antigas propriedades comunais de judeus ou mouros. Estes contratos, celebrados entre o provedor do hospital e os locatários, tinham de ser confirmados no prazo de um ano pelo rei, o que explica a sua presença nas chancelarias régias. Diziam respeito sobretudo a imóveis urbanos, uma vez que muitos correspondiam a estruturas coletivas da comunidade, como por exemplo uma mesquita ou uma das três sinagogas existentes em Lisboa antes da conversão forçada¹⁰. Não se sabe até que ponto esses bens dos infiéis foram importantes para a constituição do património do hospital, mas a sua importância simbólica é inquestionável: o hospital constituiu-se enquanto *locus* de unificação da fé. Uma das linhas de separação implementadas derivava da sua enunciação enquanto instituição cristã.

⁶ Crístóvão Rodrigues de Oliveira (1987) não considerou os oficiais do Juízo das Capelas (em número de dez). Neste quadro não foram considerados os 128 irmãos da Misericórdia que prestavam anualmente serviço no hospital, uma vez que se tratavam de trabalhadores voluntários não remunerados (Oliveira, 1620, l. p. 120).

⁷ Os doentes tinham dois dias depois da entrada no hospital para se confessarem (Salgado *et* Salgado, 1996, p. 461).

⁸ Precaução que se manteria ao longo de toda a história dos expostos.

⁹ Alvarás de 6 de abril de 1499, 29 de março de 1500 e 22 de junho de 1501. Salgado *et* Salgado, 1996, pp. 383-386.

¹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 6, fl. 103v-104v, 105v-106; Livro 4, fs. 35-36v; Livro 21, f. 17v; Livro 22, f. 4v-6; Livro 25, f. 158v. (bens dos judeus). Sobre bens de mouros, *Idem*, Livro 17, fs. 15-15v, 45v-46, 63-63v; Livro 6, f. 64-65; Livro 22, fs. 121-122; Livro 8, fs. 84-84v. Existe ainda um inventário dos bens móveis e de raiz confiscados aos judeus, ao que parece muito incompleto (ANTT, Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 305 - *Tombo dos bens móveis e de raiz em Lisboa e comarca da Estremadura tomados pela Coroa aos cristãos novos e doados pelo rei ao Hospital de Todos os Santos*, 1507).

O hospital servia a justiça do rei: muitas infrações davam lugar a multas que deviam reverter a favor do hospital, coligidas num regimento em 1514, (Salgado *et Salgado*, 1996, pp. 442-446). A Coroa certificava-se de que, em lugar de reverterem em seu proveito, os bens confiscados a infiéis e infratores eram postos à disposição dos pobres. Aplicou a mesma lógica aos bens dos indivíduos acusados de terem propagado o massacre de cristãos novos em 1506, que de resto eclodiu junto ao hospital, defronte ao convento de S. Domingos¹¹.

Os espaços internos do hospital, como acabamos de ver, não eram usados por igual por todos. Pelo contrário, corporizavam diferenças de género quanto a ocupação e

critérios de comportamento, e eram diferentes consoante as hierarquias sociais e o estatuto jurídico, dando expressão às clivagens sociais e religiosas do século XVI. As leis conferiam à instituição bens confiscados a judeus e cristãos-novos, e propriedades dos renegados que tinham abandonado a sociedade portuguesa para se instalarem entre os infiéis, simbolizando assim a unificação religiosa do Reino empreendida a partir de 1496. Regimentos e outros textos normativos faziam do hospital um espaço de purificação, alicerçado em alguns dos sacramentos católicos, como por exemplo a eucaristia, a confissão e a extrema-unção. Sublinhar estes aspetos não é o mesmo que dizer que a cura dos corpos não tinha importância.

Bibliografia

ABREU, Laurinda (2014) - *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva | BETHENCOURT, Francisco (2000) - Rejeições e polémicas. In AZEVEDO, Carlos Moreira ed. - *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 49-94 | BRANDÃO, João (1990) - *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na Segunda Metade do Século XVI: Estatística de Lisboa de 1552* (org. e notas de José da Felicidade Alves). Lisboa: Livros Horizonte | BUESCU, Ana Isabel (1996) - *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação, 1525-49*. Lisboa: Cosmos | CORREIA, Gaspar (1992) - *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* (ed. José Pereira da Costa). Lisboa: Academia das Ciências | FERNANDES, Maria de Lurdes (1991) - Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião. *Lusitania Sacra*, Lisboa, n.º 3, pp. 39-69 | GÓIS, Damião de (1949-1955) - *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, 4 vols.. Coimbra: por ordem da Universidade | HESPANHA, António Manuel (2019) - *Filhos da terra: identidades mestiças nos confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China | LE GOFF, Jacques (1986) - *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. Lisboa: Teorema | LEITE, Ana Cristina (1993) - O Hospital Real de Todos-os-Santos. In PEREIRA, Paulo, dir.; LEITE, Ana Cristina, coord. cient. - *Hospital Real de Todos-os-Santos. Séculos XV a XVIII (catálogo da exposição no Museu Rafael Bordalo Pinheiro)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 5-19 | MOITA, Irisalva (1993) - O Hospital Real de Todos-os-Santos. Enfermarias - Aposentadorias - Serviços. In PEREIRA, Paulo, dir.; LEITE, Ana Cristina, coord. cient. - *Hospital Real de Todos-os-Santos. Séculos XV a XVIII (catálogo da exposição no Museu Rafael Bordalo Pinheiro)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 40-48 | MONZÓN, Francisco de (1544) - *Libro primero d'l Espejo del pri[n]cipe christiano...*. Lisboa: Em casa de Luis Rodriguez | MOREIRA, Rafael (1993) - O Hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II. In PEREIRA, Paulo, dir.; LEITE, Ana Cristina, coord. cient. - *Hospital Real de Todos-os-Santos. Séculos XV a XVIII (catálogo da exposição no Museu Rafael Bordalo Pinheiro)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 23-30 | OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1987) - *Lisboa em 1551: sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)* (apresent. e notas de José da Felicidade Alves). Lisboa: Livros Horizonte | OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1620) - *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Jorge Rodriguez. (edição fac-similada in Lisboa: Vega, 1991) | PARK, Katharine; HENDERSON, John (1991) - 'The first hospital among Christians': The Ospedale di Santa Maria Nuova in early sixteenth-century Florence. *Medical History*, n.º 35, 1991, pp. 164-188 | PARK, Katharine (1994) - Healing the poor: hospitals and medical assistance in Renaissance Florence. In BARRY, Jonathan; JONES, Colin, eds. - *Medicine and Charity Before Welfare State*. Londres: Routledge & Kegan Paul, pp. 26-45 | PINTO, Pedro (2011) - Inventário do Hospital de Todos os Santos (Lisboa) em 1564. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 5, pp. 243-270 | PEREIRA, Paulo (1993) - A fachada da igreja do Hospital Real. In PEREIRA, Paulo, dir.; LEITE, Ana Cristina, coord. cient. - *Hospital Real de Todos-os-Santos*.

¹¹ Sobre judeus portugueses, Tavares, 1982. Sobre a conversão forçada de minorias religiosas, Bethencourt, 2000, pp. 49-94. Para uma narrativa contemporânea do massacre, Correia, 1992, pp. 29-32. Ver também Góis, 1949-1955, parte I, pp. 253-258. Os bens dos justicados depois do massacre também reverteram a favor do hospital (Salgado *et Salgado*, 1996, p. 431).

Séculos XV a XVIII (catálogo da exposição no Museu Rafael Bordalo Pinheiro). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 31-37 | RAMOS, Rute Isabel Guerreiro (2019) - *O Hospital de Todos os Santos, História, Memória e Património Arquivístico (Sécs. XVI-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento em História: Mudanças e continuidades num mundo global | SALGADO, Anastásia Mestrinho; SALGADO, Abílio José, eds. (1996) - *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*. Lisboa: Ministério da Saúde | RODRIGUES, Lisbeth (2013) - *Os Hospitais Portugueses no Renascimento 1480-1580: O caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento em História | ROSA, Maria de Lurdes (1998) - O Estado manuelino: A reforma de capelas, hospitais, albergarias e confrarias. In CURTO, Diogo Ramada, ed. - *O Tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Difel, pp. 205-210 | SÁ, Isabel dos Guimarães (1996) - Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno. In *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: actas*. Évora: Hospital do Espírito Santo, pp. 87-103 | SÁ, Isabel dos Guimarães (2011) - Social and religious boundaries in confraternities, prisons and hospitals in Renaissance Portugal. In PASTORE, Stefania; PROSPERI, Adriano; TERPSTRA, Nicholas, eds. - *Brotherhood and Boundaries / Fraternalità e barriere*. Pisa: Edizioni della Normale, pp. 171-189 | TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1982) - *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 2 vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa | VIEIRA, P.e António (1754) - *Collecçam dos principaes Sermoens*. Lisboa: na Officina dos Herd. de Antonio Pedroso Galrão | VILLALBA Y ESTAÑA, Bartolomé de; CONFALONIERI, Gianbattista (2002) - *Por Terras de Portugal no Século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.

Cachimbo

Cerâmica. Olaria lisboeta
Séc. XVII - Inícios séc. XVIII
Praça da Figueira. Escavação 1960
Alt. 3,7 cm; comp. 6,3 cm; Ø 1,5 cm
ML.ARQ.0855
© Lisboa, Museu de Lisboa





Dados (4)

Ossos. Fabrico regional
c. 1750. Poço Claustro SO
1 x 1 cm
Praça da Figueira. Escavação 1999-2001
CML-CAL (PE00/F11[376])
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2019



Cachimbo

Cerâmica. Olaria lisboeta
Séc. XVII - Inícios séc. XVIII
Praça da Figueira. Escavação 1960
Alt. 3 cm; comp. 9,5 cm; Ø 2,3 cm
ML.ARQ.0853
© Lisboa, Museu de Lisboa



Campainha

Liga de cobre. Origem desconhecida
c. 1750. Poço Claustro SO
Alt. 5,5 cm; Ø base 6 cm
Praça da Figueira. Escavação 1999-2001
CML-CAL (PE00/F11[376])
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2019

Cachimbo

Cerâmica. Olaria lisboeta
Séc. XVII - Inícios séc. XVIII
Praça da Figueira. Escavação 1960
Alt. 3,5 cm; comp. 10 cm; Ø 1,8 cm
ML.ARQ.0854
© Lisboa, Museu de Lisboa

